

# Países devedores terão chance de influir na solução para dívida

EXTERNA

JOSÉ MEIRELLES PASSOS  
Correspondente

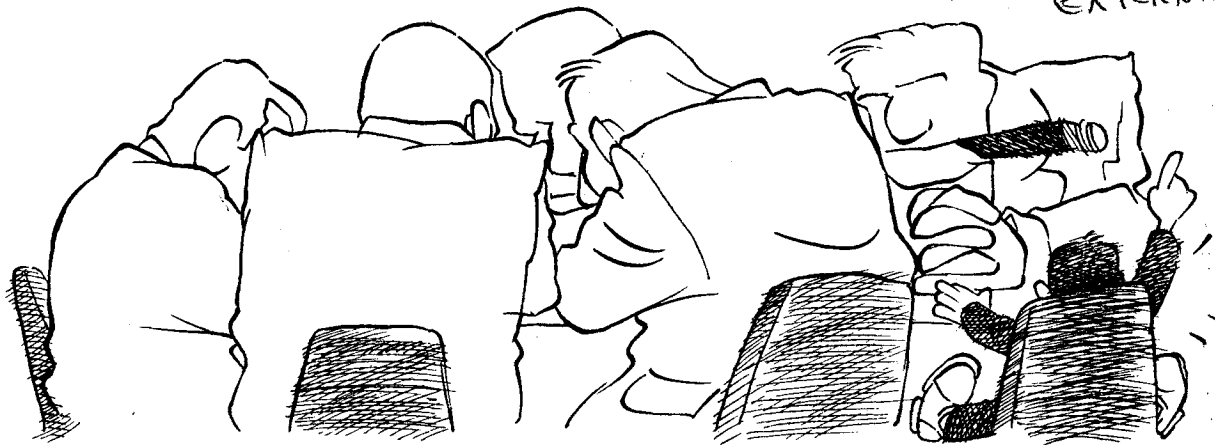
WASHINGTON — Os países devedores terão chance de influir na estratégia que os países credores concordaram em criar, na reunião da última sexta-feira aqui em Washington, para aliviar o peso da dívida externa em suas economias. Essa oportunidade, segundo fontes americanas e japonesas, acontecerá durante a reunião semestral do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, na primeira semana de abril, também na capital americana.

Segundo participantes do encontro, no Departamento do Tesouro americano, os Ministros de Economia do Grupo dos Sete (EUA, Japão, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França, Itália e Canadá), designaram funcionários para que estudem as várias propostas colocadas à mesa. Essa equipe se reunirá na sede do FMI, às vésperas da reunião semestral, que começa no dia 4 de abril, para confrontar suas opiniões e buscar caminhos comuns.

— Nesse processo, os principais devedores, como Brasil, México, Argentina e Filipinas, poderiam ser consultados. A idéia seria mostrá-lhes as propostas que nos pareçam mais viáveis e ouvir as suas opiniões, antes de tomarmos uma posição definitiva — disse ao GLOBÓ um assessor do Ministro do Japão, Tatsu Murayama.

Isso, na prática, significa que as novas diretrizes para a questão da dívida não serão definidas em abril — como se imaginava na noite de sexta-feira, ao final da reunião do Grupo dos Sete.

— Depois de filtrar todas as idéias, recolhidas entre credores e devedores, as propostas serão remoldadas para que sejam finalmente discutidas na reunião dos países ricos programada para meados de julho, em



Paris. Aí, sim, sairá o novo plano — contou fonte americana.

Até lá, os devedores latino-americanos poderão ter uma nova idéia do que pensam os credores — especialmente os maiores, que se encontram nos Estados Unidos — quando o Presidente George Bush divulgar, no próximo dia 23, relatório específico sobre o assunto. Trata-se de uma exigência do Congresso americano, contida na nova Lei de Comércio aprovada no final do ano passado.

Com base na opinião da Casa Branca, os parlamentares poderão estudar eventuais modificações na legislação, com a finalidade de propiciar a criação de mecanismos que permitam aos bancos privados dos Estados Unidos promover esquemas de redução da dívida, sem que isso tenha de ser registrado em seus livros como prejuízos. O assunto vem merecendo uma atenção especial da Casa Branca, a ponto do Presidente Bush ter convocado o Conselho de Segurança Nacional a participar da elaboração de sua nova política com relação à dívida, além do Departamento do Tesouro e do Departamento de Estado.